

UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CRÉDITO E DAS ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG NO PERÍODO 2002-2019

Artigo submetido ao 19º Seminário de Diamantina

ÁREA: 1. Economia

AUTORES: Eduardo de Oliveira Paula (UFU) e Vanessa da Costa Val Munhoz (UFU)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica da oferta de crédito e das estratégias bancárias em Uberlândia-MG entre 2002-2019. A base teórica fundamenta-se na teoria Pós-Keynesiana, segundo a qual em regiões centrais a preferência pela liquidez é menor em virtude da maior confiança dos agentes, estimulando os bancos a ofertarem maior volume de crédito. Para análise são aplicados cinco indicadores para Uberlândia e para Minas Gerais: i) Preferência pela Liquidez Bancária; ii) Indicador Regional de Crédito; iii) Acesso Bancário; iv) Concentração de crédito por agência bancária; e v) Títulos e valores mobiliários / ativo total dos bancos.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito; Bancos; Preferência pela Liquidez; Uberlândia; Minas Gerais.

UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DO CRÉDITO E DAS ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG NO PERÍODO 2002-2019

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica da oferta de crédito e das estratégias bancárias em Uberlândia-MG entre 2002 e 2019. A base teórica fundamenta-se na teoria Pós-Keynesiana, segundo a qual em regiões centrais a preferência pela liquidez é menor em virtude da maior confiança dos agentes, estimulando os bancos a ofertarem maior volume de crédito. Para a análise são aplicados cinco indicadores para Uberlândia e para Minas Gerais: i) Preferência pela Liquidez Bancária; ii) Indicador Regional de Crédito; iii) Acesso Bancário; iv) Concentração de crédito por agência bancária; e v) Títulos e valores mobiliários / ativo total dos bancos.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito; Bancos; Preferência pela Liquidez; Uberlândia; Minas Gerais.

1- Introdução

É sabido que o papel da moeda é fator determinante da dinâmica econômica, para Keynes e para os Pós-Keynesianos, ao passo que há uma negligência deste papel em outras teorias, sobretudo a neoclássica. Ademais, a moeda por ser endógena ao funcionamento de uma economia, quando entra no sistema econômico pelas linhas de crédito encontra seus demandantes, de forma que o crédito passará a determinar os níveis de investimento de uma economia ao invés de somente ser uma baliza aos preços. Assim, ao funcionar como ativo, a moeda passa a ter um caráter não neutro, portanto, no processo econômico (Cavalcante et al, 2004). O resgate dessa dinâmica é importante para trazermos o foco da compreensão do dinamismo do crédito para o desenvolvimento econômico.

No que tange a discussão do desenvolvimento e crescimento regional, ainda há muito espaço para trabalhos que considerem variáveis financeiras essenciais neste processo. O que se tem na literatura econômica, em maior medida, são proposições em maior ou menor grau em relação ao nível de industrialização e do capital humano como cerne da questão. É indiscutível o fato de que essas variáveis possuem alto grau de significância no desenvolvimento econômico regional, todavia, aspectos monetários também determinam o crescimento econômico regional, bem como a desigualdade econômica. Nesse sentido, a literatura pós-keynesiana contemporânea tem avançado nessa discussão, uma vez que levam em conta os efeitos do sistema bancário sobre o desenvolvimento e sobre o crescimento econômico desigual entre regiões. Dow (1982; 1987) desenvolveu um arcabouço para analisar como a evolução do sistema financeiro, juntamente com variáveis reais, afetaria o crescimento regional de forma desigual, sendo essa contribuição referência importante para o entendimento da teoria econômica regional sob a ótica pós-keynesiana.

Essa discussão traz à baila a necessidade da compreensão da dinâmica das relações e interações entre regiões mais e menos desenvolvidas. Nesse contexto, conforme Corrêa (2006), é de extrema relevância o desenvolvimento de análises que diferenciem dinâmicas econômicas do centro e da periferia, uma vez que a região do centro detém maior nível de confiança, mercados organizados e mais líquidos, além de um sistema financeiro mais sofisticado. Por outro lado, a região periférica detém maior incerteza, uma economia com mercados frágeis e com alta dependência da região central, e ainda com um sistema financeiro menos sofisticado. Desse modo, as regiões periféricas sustentam pior qualidade das informações disponíveis, um maior

risco de *default*, menor disponibilidade de crédito e maior incerteza dos agentes quanto à obtenção e renda; de tal modo que a periferia conte com uma maior preferência pela liquidez.

Thomazi & Paula (2020) destacam elemento importante nesta discussão, pontuando que as regiões menos desenvolvidas estão submetidas às decisões estratégicas de grandes grupos bancários nacionais e estrangeiros sediados, em sua maioria, na cidade de São Paulo. Ademais, conforme investigado por Vasconcelos et al (2004), o número de municípios brasileiros sem agências bancárias aumentou no período de 1994 a 2002, o que pode evidenciar uma exclusão financeira de boa parte da população brasileira, além de um precário acesso ao atendimento bancário.

Inserido nesta temática, o objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica da oferta de crédito e as estratégias dos bancos no município de Uberlândia entre os anos de 2002 e 2019. São construídos cinco indicadores relacionados à oferta de crédito e às estratégias bancárias: i) Preferência pela Liquidez Bancária (PLB); ii) Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito, também chamado de Indicador Regional de Crédito (IRC); iii) Acesso Bancário (AB); iv) Concentração de crédito por agência bancária (CC) e, por fim; v) Títulos e valores mobiliários em relação ao ativo total dos bancos (TVM/AT). A análise desses indicadores nos permite investigar a hipótese de que o município de Uberlândia, por ser um pólo microrregional, se comporta como região central em relação a dinâmica da oferta de crédito bancário.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais cinco seções. A seção 2 resgata o referencial teórico pós keynesiano que discute a importância dos bancos e da oferta de crédito para o desenvolvimento regional; a seção 3 faz um resgate histórico da evolução da oferta de crédito no Brasil a partir dos anos 2000; a seção 4 apresenta uma breve análise da economia e da estrutura do setor bancário em Uberlândia; a seção 5 se dedica à análise empírica das estratégias bancárias e da dinâmica da oferta de crédito no município de Uberlândia, passando pelo tratamento dos dados e análise dos resultados da aplicação dos cinco indicadores apresentados no parágrafo anterior. Finalmente, a última seção tece algumas considerações finais do artigo.

2 - Bancos, oferta de crédito e território: reflexões teóricas dos pós-keynesianos

Em que pese a moeda ter sido endogeneizada na modernização das estruturas bancárias por meio de inovações financeiras em âmbito nacional e internacional, não é garantido que sempre exista crédito em abundância para os demandantes da economia. Em momentos de maior crescimento econômico as estruturas de crédito ficam mais frouxas, aumentando sua oferta. No entanto, o mais comum é que os empréstimos ocorram muito mais em função da disposição dos bancos em emprestar do que dos agentes em demandar, o que faz com que o custo de informações seja muito importante na hora da instituição bancária fornecer este financiamento. Neste sentido, é que vem à baila a importância dos bancos regionais para a dinâmica econômica no espaço, porque o maior estreitamento dos laços entre prestador e tomador faz com que as incertezas na operação se reduzam drasticamente, facilitando o empréstimo e conseqüentemente fomentando a economia local.

Segundo Dow (1992), considerando um regime de bancos locais, uma relação estreita entre bancos e clientes favorece a redução da incerteza que se apresenta em operações de empréstimos. Quando a perspectiva está otimista a tendência, nesse caso, é de haver maior disponibilidade de crédito. Além disso, a regulação bancária também determina a natureza da ligação existente entre uma instituição financeira e o crescimento regional FIGUEIREDO (2009). É perceptível também que em uma realidade como a brasileira, onde são mais comuns grandes conglomerados bancários, a proximidade entre agência e cliente final nem sempre gera resultados tão positivos porque nestas instituições as decisões são padronizadas e centralizadas

em um único canal de dimensão nacional (matriz), onde a informação tomada na mesa do gerente tem pouca ou nenhuma valia. Ademais, como apontando em Beare (1976), é a política monetária nacional que determina a renda regional, com impactos díspares relacionados à elasticidade de renda das regiões.

Destaca-se, ainda, que existem peculiaridades regionais, multiplicadores regionais, e diferentes preferências pela liquidez dos agentes bancários e tomadores de acordo com as expectativas de preços dos ativos regionais. Dow (1982, 1987 e 1993) e Rodríguez-Fuentes (1998) constata, que a moeda de fato exerce função relevante na determinação da composição regional da renda e do emprego. Além disso, os autores supracitados salientam que as condições financeiras regionais podem afetar os agregados monetários nacionais, e, portanto, a renda e o emprego nacionais. Mais do que isso, na realidade regional os fluxos monetários se alteram de acordo com as correntes reais, de forma que o multiplicador é maior ou menor dependendo da dimensão das reservas bancárias regionais, da propensão do público a gastar naquela região e da propensão a investir dentro daquela localidade (DOW, 1987).

Assim, a política monetária nacional impactaria mais fortemente em regiões mais urbanizadas e de maior concentração populacional, de modo que nestas regiões políticas fiscais retornassem resultados mais rápidos, e as elasticidades fossem maiores em regiões mais manufatureiras de bens duráveis (Garrison e Chang, 1969), ocorrendo também diferenças nas taxas de juros regionais (ocorridas por diferenças na taxa de concentração bancária, probabilidade de inadimplência, distanciamento dos mercados centrais, nível de informações). Cabe destacar que o montante de crédito regional passa a ser determinado pela relação entre ofertantes e demandas e suas respectivas preferências pela liquidez (MUNHOZ, 2007).

A teoria pós-keynesiana vislumbra, então, que o grau de preferência pela liquidez varia de acordo com a expectativa que os agentes possuem por rendimentos em ativos alternativos, sendo menor onde a expectativa de valorização de ativos alternativos é maior (Dow, 1999). O desenvolvimento do sistema bancário e as disparidades regionais que surgem em decorrência disso seguem uma lógica comum, dos bancos buscando melhores oportunidades de negócios, tornando o argumento locacional uma questão central na promoção do crédito bancário. Isso faz com que o sistema financeiro seja um agente capaz de gerar renda na economia, mesmo que indiretamente. Outro fato se refere a configuração, que fará com que os bancos na periferia prefiram manter excesso de reservas e conseqüentemente restrinjam o crédito local, junto à isso, o público destas regiões também preferirão maior liquidez, o que acaba aprofundando a discrepância entre a dinâmica de multiplicação monetária na região central da que ocorre na periférica. Somando-se a esta discussão a existência de diferentes níveis de evolução do sistema bancário entre diferentes regiões, a configuração de portfólio do banco regional pode constranger o banco a ofertar crédito, fazendo com que:

Numa região atrasada, uma vez que tanto a oferta quanto a demanda por crédito são baixas devido ao menor desenvolvimento, a escassez de crédito reforça o atraso, criando um ciclo vicioso de causação circular cumulativa. (SILVA & JAYME JR., 2013, p.732).

Historicamente, em virtude da disparidade entre os centros urbanos mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, a estruturação espacial segue uma lógica que opõe indústria e atividades agrícolas, de modo que a conjuntura no centro urbano tenha resultados sobre a periferia. No caso brasileiro o sistema bancário regionalizado tem baixa participação no produto e no financiamento das economias regionais, sendo que a característica bancária do país, mais centralizada e dissociada em filiais, tende a reforçar a concentração de crédito em algumas regiões em detrimento de outras. Esta realidade dificulta o redepósito nas periferias financeiras, reduzindo a possibilidade de crédito regional, e fomentando ainda mais a concentração bancária em centros específicos.

Junto a isso, o cenário econômico desde o Plano Real também não é favorável a mudança desta estrutura, uma vez que a manutenção de juros altos e crescimento tímido tende a reforçar o cenário de escassez de recursos fora dos grandes centros. Claro que na década de 2000 houve significativa mudança na estrutura de crédito nacional e políticas governamentais específicas para estimular esse mecanismo, que operou e funcionou muito bem ao financiamento de curto prazo, ficando a cargo, quase que exclusivamente, do BNDES a emissão de recursos a longo prazo, que são, ao fim e ao cabo, os reais expoentes do crescimento econômico sustentado (Carvalho & Tepassê, 2010). Vale ressaltar também que a introdução de novos mecanismos de alavancagem e fortalecimento do mercado especulativo, auxiliaram, ainda mais, que os recursos tardassem a ser direcionados ao investimento produtivo, devido às incertezas que guardam tais processos.

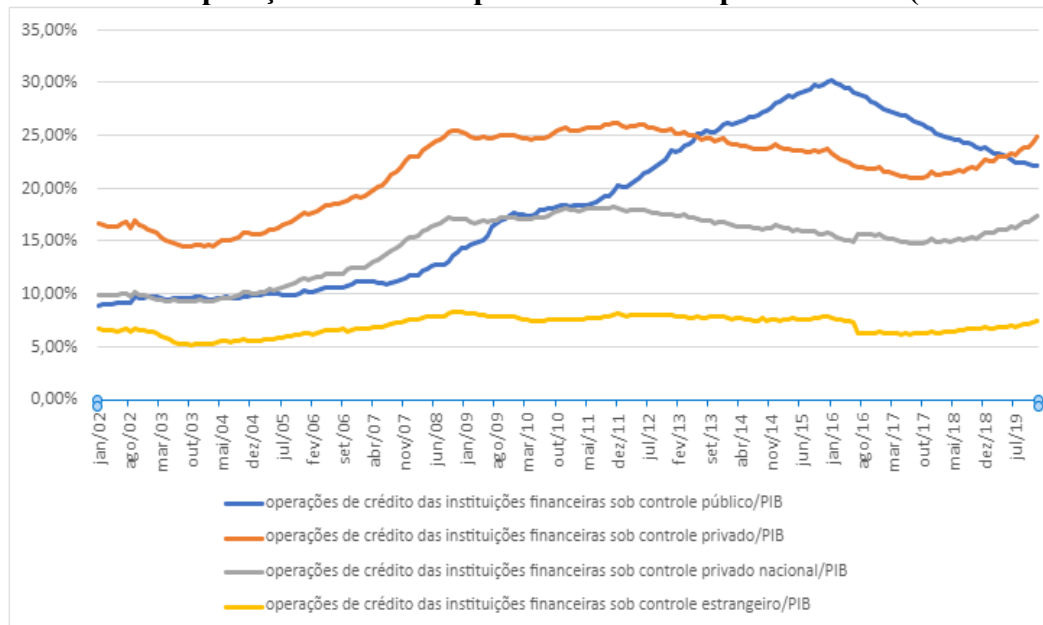
3 – A evolução do crédito no Brasil a partir dos anos 2000

A implementação bem sucedida do Plano Real e a consequente abertura do sistema bancário em 1997 apontavam para uma melhoria na eficiência deste sistema. Com a ampliação da competição, pensava-se permitir a ampliação do volume de crédito na economia, principalmente aquele de longo prazo, tão crucial ao desenvolvimento econômico, e mais que isso, permitir que este recurso fosse mais acessível, uma vez que os *spreads* bancários figuravam-se entre os mais elevados do mundo. O que se verificou, na realidade, é que a história não caminhou para este fim, e o país ainda é, atualmente, uma das praças com maiores *spreads* do mundo, e detentor de um sistema bancário amplamente concentrado. (PAULA; OREIRO; BASÍLIO, 2013).

A marca mais característica do crescimento econômico brasileiro é a que se refere a analogia do “vão de galinha”, que tem por base o crescimento em curtos períodos de tempos, que não se sustentam em patamares elevados por muito tempo. Comportamento potencializado pelo efeito de contágio que permeia as economias periféricas frente a crises globais que sempre atingem mais fortemente as economias emergentes (Correa; Almeida, 2002). E assim começou os anos 2000 para o Brasil, ainda sob o efeito das crises nos emergentes (Rússia, México, Argentina), o que levou a restrição da relação crédito/PIB em 2003 ao patamar de 21,8%, quatorze pontos percentuais a menos que o observado no início do plano real em 1995. Na mesma época, para conter as crises e manter a saúde do sistema bancário, o governo brasileiro optou por proteger o sistema através de mecanismos de mercado (emissão de títulos pós-fixados e de curto prazo) que elevaram a relação dívida/PIB do país e restringiu o crédito público a patamares inferiores ao volume de 1% do PIB.

O ano de 2003 apresentou o início da retomada do crescimento econômico do país, e o crédito, por sua vez, tendeu a acompanhar este novo ciclo. De fato, a participação do sistema bancário no PIB do país dispara, e sai da casa de 22% no ano de 2003 e chega a 45% em 2009. (Bonomo; Brito; Martins, 2014). Um conjunto de fatores que não somente o bom cenário econômico possibilitou este aumento, sendo que o empresariado passou a demandar todo o fluxo de crédito ofertado. A ampliação do *funding* doméstico também merece destaque, bem como a demanda aliada aos altos *spreads* dos empréstimos para pessoas físicas e, por fim, a dinamização e a modernização do sistema bancário privado. Muito embora todos os três setores do sistema de crédito nacional façam parte da ampliação do mercado, sendo eles: bancos privados nacionais, internacionais e os bancos públicos, todos tiveram seu dinamismo aumentado no período, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito por controle de capital % PIB* (Total –R\$milhões)



Fonte: BCB. *PIB acumulado dos últimos 12 meses valores correntes.

A crise financeira que se iniciou em 2008 e atinge o restante do mundo mais fortemente em 2009 traz profundas alterações na estrutura de crédito e juros do país. O impacto inicial vem do sistema financeiro atrelado a variações na economia global mais direta, no caso o mercado de ações brasileiro, que rapidamente viu recursos de residentes e estrangeiros sumirem das operações no qual estavam alavancados, além disso, a queda nas operações que envolviam o *funding* externo também sofreram forte impacto, o que levou os bancos privados a rapidamente aumentarem sua preferência pela liquidez frente a incerteza do cenário que se inaugurava com a crise dos “títulos podres” (ARAÚJO, 2012).

Neste cenário, para conter um colapso econômico e retomar rapidamente a aceleração econômica o governo por meio dos bancos públicos agiu rapidamente, lançando mão de alguns mecanismos no mercado de crédito, objetivando principalmente aliviar a restrição de liquidez dos bancos privados para fomentar novamente o crédito, promovendo, para isso, a redução do compulsório e a criação de incentivos poderosos para os bancos maiores adquirirem portfólios dos bancos menores e mais regionalizados, além de fomentar que os bancos públicos agissem deliberadamente de maneira anticíclica colocando novas plataformas de crédito no mercado (ARAÚJO, 2012).

Partindo do ano de 2010, há rápida recuperação do fôlego econômico e crescente aderência dos mecanismos de crédito que se ampliam até 2014, quando um forte quadro de recessão toma conta da economia brasileira. Neste momento, há um forte fluxo de recursos voltando a posse do sistema financeiro nacional, em um movimento rápido de retomada deliquidez por parte dos bancos. Em 2017 já em um sinal de recuperação econômica e contando com a flexibilização da política monetária, observa-se uma mudança na tendência de manutenção de liquidez do sistema financeiro, que retomou algumas das linhas de crédito outrora paralisadas. Esta tendência de gradual ampliação do crédito aos agentes econômicos (pessoas físicas e jurídicas) segue até o ano de 2019. A tendência gradual muda de intensidade no primeiro ano pandêmico, uma vez que, apesar das debilidades impostas à economia, é um ano de forte concessão de crédito, muito em parte pela necessidade da ampliação dos recursos em concessões, objetivando manter empresas e salários no contexto de fechamento da economia. (BACEN, 2021)

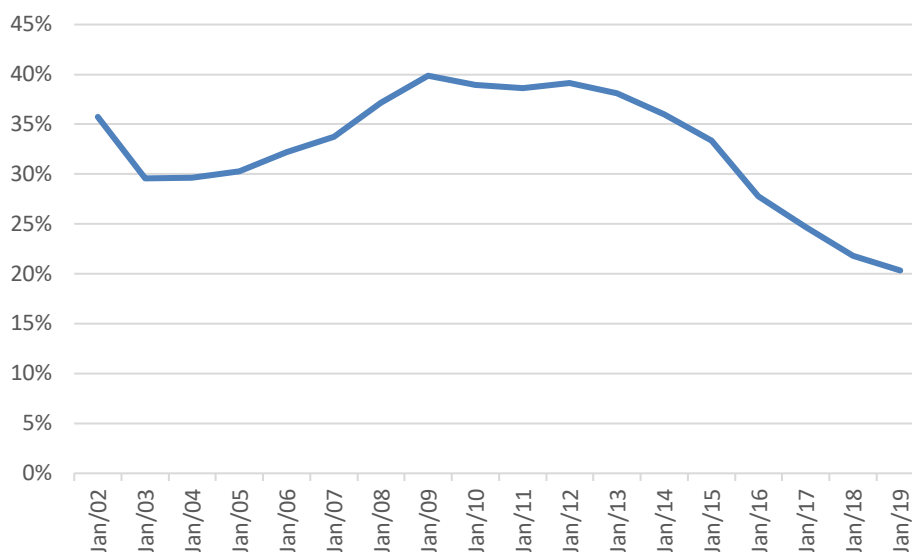
O fluxo financeiro e o impulso de crédito resumirão as nuances do mercado de crédito

nacional na segunda década do segundo milênio da seguinte forma:

O impulso de crédito demonstrou aderência com a atividade semelhante às concessões na fase de contração do ciclo econômico de 2014 a 2016 e superior durante o período de recuperação, ao menos até fevereiro de 2020. Essa correlação positiva provavelmente reflete canais de causalidade tanto do crédito para a atividade econômica como no sentido oposto. A partir de março ocorreu uma mudança brusca de patamar do impulso de crédito, justamente em momento de contração da atividade econômica, caracterizando uma correlação negativa entre as variáveis. Em um primeiro momento esse fato pode ter sido um reflexo da considerável ação dos agentes econômicos sem restrições relevantes de acesso a crédito, em particular empresas de maior porte, que buscaram fontes de financiamento por motivos precaucionais diante da elevada incerteza trazida pela pandemia. A partir de julho, os programas de crédito emergenciais, política de crédito de caráter fortemente anticíclico, contribuíram para o aumento do impulso do crédito e, conseqüentemente, para o funcionamento do canal de causalidade no sentido do crédito em direção à atividade econômica. Esse movimento desde março de 2020 contrasta com o verificado na crise anterior, quando houve um comportamento pró-cíclico das variáveis de crédito. (BACEN, 2021, p.5)

De modo mais detalhado as cifras do que foi ofertado na forma de crédito para pessoas físicas e jurídicas pelo Sistema Financeiro Nacional, no período de janeiro de 2002 a dezembro de 2019, está disposto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Saldo de Crédito Total disponibilizado pelo SFN (2002-2019) em porcentagem do PIB



Fonte: BCB, IBGE. Elaboração própria.

Alguns períodos merecem destaque, como o período de expansão do crédito entre 2004-2009, cujos determinantes foram: a melhora do ambiente macroeconômico (maior crescimento econômico e estabilidade de preços e câmbio), o crescimento do emprego e elevação da massa salarial, e a instituição do crédito consignado em folha de pagamento. No ano de 2008, face a

crise financeira internacional, há uma redução nas operações de crédito que utilizam *funding* externo (financiamento às exportações e repasses externos). O sistema financeiro público (incluindo BNDES, Banco do Brasil, CEF e demais bancos públicos) teve redução na sua participação relativa no total de crédito do sistema financeiro, passando de 39,1% em junho de 2003 para 34,7% em junho de 2008, mas tendo forte crescimento após a crise, passando a 38,7% em junho de 2009 (PAULA et al, 2013).

Cunha et (2019) buscam verificar se o crédito público se comportou de forma diferente com respeito ao crédito privado, particularmente depois de 2008. Os resultados apresentados dão sustentação à hipótese de que o crédito público atuou de forma contra-cíclica, enquanto os empréstimos originados em instituições privadas apresentaram um comportamento pró-cíclico.

Finalmente cabe salientar duas importantes fases no ciclo de crédito. A primeira é a fase do ciclo do crédito entre 2011-2014, que é marcada pelo declínio e estagnação da oferta de crédito dos bancos privados, contraposto pela oferta de crédito dos bancos públicos, que se mantém ainda elevada e em níveis semelhantes a taxa de crescimento do período pré-contágio da crise mundial, com CEF e BB assumindo uma participação maior inclusive em áreas tradicionalmente ocupadas pelos bancos privados, como crédito pessoal e capital de giro. A segunda é a fase do ciclo do crédito de 2015/2016, que é caracterizada pela forte e súbita contração da oferta e demanda do crédito, tanto no crédito livre quanto no crédito direcionado. Esse efeito foi sincronizado entre os bancos privados nacionais, estrangeiros e públicos. Este movimento ocorreu no contexto de uma acentuada desaceleração econômica.

4 – Breve análise da economia e da estrutura do setor bancário em Uberlândia

O município de Uberlândia se encontra no estado de Minas Gerais, e pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a terceira mais populosa do estado, e segunda mais dinâmica em termos de produto econômico, uma vez que, seu PIB encontra-se apenas atrás da região metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, Uberlândia é pólo microrregional, este por sua vez, é composto pelos municípios de Araguari, Araporã, Cascalho Rico, Centralina, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara e Prata. É indiscutível o fato de que a dinâmica dos municípios em torno de Uberlândia depende e é influenciada em maior ou menor grau pela importância econômica e demográfica dessa cidade.

A atração econômica sobre as demais cidades da microrregião de Uberlândia e outras do Triângulo Mineiro se dá principalmente sobre o setor de serviços (incluindo comércio), da indústria, ligada a produção de alimentos, produtos agrícolas, metálicos e em última instância na fabricação de móveis. Apesar da indústria da cidade não ostentar de produtos com alto valor agregado, nem intensidade tecnológica na produção, a importância é significativa para a base de emprego formal da cidade (Informações obtidas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

É fato que o município de Uberlândia apresenta uma relevância regional muito acentuada graças a sua dinâmica econômica e logística, pensada desde sua constituição, fazendo valer de seu posicionamento geográfico estratégico, desenvolvendo relações comerciais alentadas dentro e fora do estado de Minas Gerais. Desse modo, o papel logístico trazido pela cidade propiciou influências para sua composição socioeconômica, como a relação com os municípios do interior do estado de São Paulo, o próprio município de São Paulo e a capital Brasília. (GUIMARÃES, 2010).

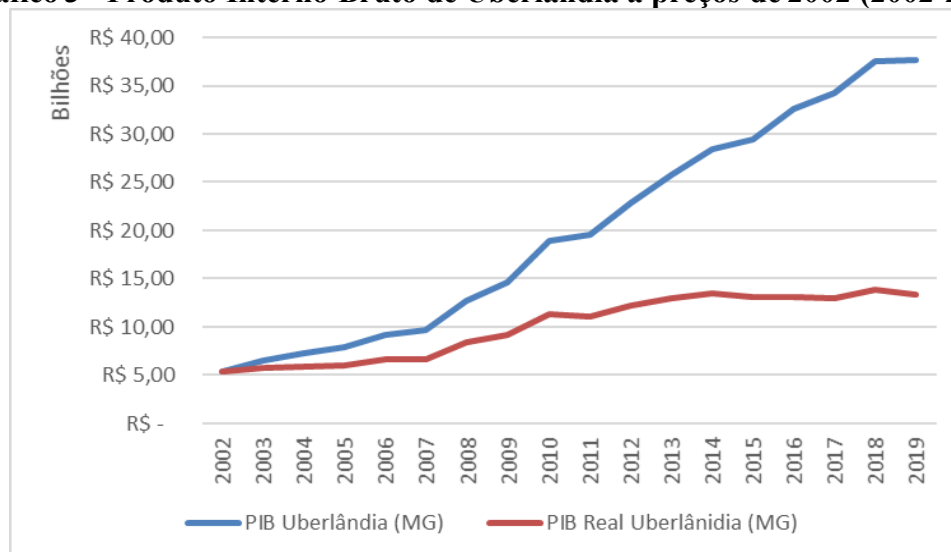
A partir disso, é importante trazermos foco para os dados do PIB do município, uma vez que, é notório um histórico de evolução econômica e social de grau elevado. Uberlândia se encontra entre os 100 maiores municípios em relação ao PIB no Brasil, fato que demonstra a força da

cidade na região, aliando grandes receitas municipais e seu pujante setor privado. O gráfico 3 traz-se a série histórica anual do PIB da cidade servindo como pano de fundo para notarmos a dimensão dos valores produzidos pelo município.

Verifica-se que o município detém trajetória ascendente do Produto Interno Bruto durante parte relevante do período analisado, demonstrando a relevância e força do município na região. A partir de informações obtidas pela RAIS, efetivamente os anos em que se apresentou retração no produto, pode-se adiantar que foram levados fortemente por uma diminuição na participação de produção do Valor Adicionado Bruto (VAB) na Indústria. É importante observarmos que o alto efeito inflacionário no produto econômico do município foi bastante rigoroso, apesar da dinâmica ascendente do gráfico do Produto Interno Real. Entre os anos de 2015 a 2019, há um arrefecimento do crescimento, terminando o fim da série observada em patamares econômicos de 2014.

É notório que o avanço no crescimento econômico a partir da década de 2010 foi bastante sutil, quase nulo, devido aos altos índices inflacionários vividos no nosso país, às crises políticas, bem como à alta no nível de dívida nacional, sendo que esses fatores influenciaram negativamente o resultado econômico de Uberlândia, conforme Gráfico 3, quadro sentido por tantos outros municípios brasileiros.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto de Uberlândia a preços de 2002 (2002-2019)



Fonte: IBGE, Elaboração Própria.

Por sua vez, em relação à estrutura bancária, verificamos ao final do período analisado neste trabalho – em dezembro de 2019, que havia no município dez bancos do tipo “Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica”. sendo dois de controle público; seis, de controle privado nacional; e dois, privado com controle estrangeiro. Um Banco do Brasil; uma Caixa Econômica Federal e oito Bancos Múltiplos.

Analisando os saldos das principais rubricas do ativo dos bancos sediados em Uberlândia, podemos observar que as Operações de Crédito correspondem ao principal saldo dos balancetes da maior parte dos bancos conforme Tabela 1, exceto para os bancos Bradesco e Daycoval, que apresentaram maiores saldos em Relações Interfinanceiras e Interdependências. Cabe destacar que as operações de crédito correspondem a uma das contas mais ilíquidas do balancete dos bancos, de forma que espera-se que essa conta apresente redução em períodos de maior

instabilidade, e aumento em períodos de expectativas mais positivas quanto ao futuro da economia, conforme destacado anteriormente neste trabalho.

Tabela 1 - Saldos das principais contas do Ativo das agências bancárias residentes em Uberlândia, por banco, em dezembro de 2019 (em R\$ mil)

INSTITUIÇÃO	Encaixe	Aplic Interfin anc Liq	Tit ValMob e Deriv	Rel Interfinanc e Inter	Op de crédito	Total Ativo
BCO DO BRASIL	18642	0	15795	347298	2442626	4385821
CEF	26520	0	0	-3572710	6563313	31215787
RABOBANK	0	0	0	0	1296912	4855387
MERCANTIL	5067	0	0	2099	26358	54139
TRIANGULO	1007	364750	177970	19981	2073727	11034323
BCO SAFRA	72	0	0	35	146466	558130
ITAÚ						
UNIBANCO	11641	0	0	558062	690795	2423147
BRADESCO	20817	0	0	984516	223215	1789191
DAYCOVAL	0,01	0	0	5699	0	5699
SANTANDER	16624	0	121504	168681	687358	5489845
Total	100390,01	364750	315269	-1486339	14150770	61811469

Fonte: ESTABAN/BCB, Elaboração Própria.

Nas contas de Encaixe são registrados os ativos mais líquidos dos bancos, como o caixa, as reservas em espécie realizadas junto ao BCB e as aplicações temporárias em ouro. Nas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, rubrica também considerada muito líquida, são contabilizadas as aplicações por meio das quais os bancos conseguem obter rentabilidade, mas, também, ter liquidez imediata, como, por exemplo, nos títulos bancários com compromisso de recompra de um dia; depósitos voluntários no BCB etc. Já os Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos de Derivativos correspondem a aplicações em títulos, letras financeiras, debentures etc., próximo das operações constatadas na rubrica anterior, mas menos líquidas (LIMA, 2019).

Ao detalhar-se as Operações de Crédito, rubrica de maior interesse no presente trabalho, é visto que a CEF é o principal ofertante de crédito no município de Uberlândia, apresentando saldo de R\$ 6,60 bilhões, em 2019, conforme Tabela 1. Destaca-se que os créditos nesse caso estão ligados, principalmente, ao Financiamento Imobiliário (R\$ 6,22 bilhões). O segundo principal ofertante é o Banco do Brasil, com R\$ 2,44 bilhões em saldo de Operações de Crédito, ligadas, sobretudo, a Empréstimos e Títulos Descontados e financiamentos ligados ao setor agropecuário. Constata-se, assim, que as duas maiores ofertantes de crédito no município de Uberlândia são duas instituições de controle público – Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

5 – Estratégias bancárias e a dinâmica da oferta de crédito no município de Uberlândia

5.1 Tratamento dos dados

Os dados utilizados neste trabalho foram extraídos da base de dados de Estatísticas Bancárias Mensais por Municípios (ESTBAN) do Banco Central do Brasil (BACEN), que são construídos a partir de informações provenientes das instituições financeiras participantes do

Sistema Financeiro Nacional (SFN), e os municípios informados são identificados pela mesma nomenclatura dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme detalhado na Tabela 2.

Dos verbetes citados na Tabela 1, esta pesquisa se deterá a analisar aqueles que sejam pertinentes à dinâmica de crédito e estratégias bancárias dentro do município de Uberlândia. Para isso, se utilizará apenas os que, de alguma forma, ajudem a explicar tais dinâmicas. Assim, foram selecionadas alguns lançamentos dos ativos e alguns dos passivos das instituições bancárias, que são os seguintes verbetes: 110, 111, 130, 140, 160, 161, 162, 163, 401, 420, 430 e 432, que se referem a: encaixes, fluxo de caixa, operações entre bancos, operações de crédito, empréstimos e títulos descontados, financiamentos, financiamentos ao público rural, operações de serviços públicos e atividades empresariais, depósitos de poupança, depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo, respectivamente.

Por meio desses dados e de outros valores de interesse municipais e estaduais como o produto interno bruto (PIB) e a população de ambos, cuja fonte é o IBGE, foi possível avançar para a análise de indicadores sociais e financeiros que auxiliarão na investigação da hipótese deste estudo.

Tabela 2 - Estatísticas Bancárias Mensais por Município. Conceitos Utilizados

DATA_BASE	Base a que se referem as informações
UF	Unidade federativa a qualo município pertence
CODMUN	Codificação interna deste Banco Central do Brasil para cada município
CODMUN_IBGE	Codificação do IBGE para cada município
MUNICIPIO	Nome do município
CNPJ	CNPJ da Instituição Financeira
NOME_INSTITUICAO	Nome da Instituição Financeira
AGÊNCIA	É o CNPJ da referida agência
AGEN_ESPERADAS	Somente no arquivo por município, é a quantidade de agências esperadasda IF
AGEN_PROCESSADAS	Somente no arquivo por município, é a quantidade de agênciasprocessadas da IF
VERBETES (110 a 907)	Indicam cada um dos itens da Estatística Bancária Mensale representam a aglutinação de saldos do balancete da data-base correspondente

Fonte: BACEN. Elaboração Própria.

Com o intuito de analisar a dinâmica de crédito bancário e investigar algumas estratégias bancárias no município de Uberlândia no período de 2002 a 2019 foram construídos cinco indicadores. O período selecionado se justifica pela evolução da oferta de crédito no Brasil, descrita na seção anterior, que engloba ciclos de expansão e retração desta variável.

O **primeiro indicador** analisado se refere à preferência pela liquidez bancária (PLB) que indica preferência que os bancos têm de manter a sua disposição uma maior quantidade de recursos líquidos vis-à-vis a manutenção de recursos mais ilíquidos. Conforme discutimos na seção 2, o comportamento dos bancos em relação à preferência pela liquidez também é sensível à dinâmica centro-periferia. Se bancos de regiões periféricas têm maiores preferências pela liquidez – contrapondo com bancos de regiões centrais – a diferença na capacidade de crescimento do crédito é exacerbada. Assim, a ideia com a análise deste indicador no município de Uberlândia é comparar com o comportamento deste indicador no estado de Minas Gerais, para assim, entendermos de maneira exploratória/inicial as diferenças regionais na preferência pela liquidez dos bancos.

Ademais, em linha com Thomazi & Paula (2020), cabe apontar que há uma relação direta entre a dimensão do produto interno bruto dos municípios e o volume de crédito que os bancos estão dispostos a conceder aos agentes destes municípios, de modo que a preferência pela liquidez dos bancos seja menor naqueles municípios de dinâmica econômica maior.

O indicador PLB é composto pela razão entre os depósitos totais a vista (DV) e dos créditos totais concedidos (OC), de modo que quanto maior a resultante (PLB), menor a disposição dos bancos a emprestar naquela região, conforme a seguinte expressão:

$$PLB = \frac{DV}{OC} \quad (1)$$

O **segundo indicador** analisado é o Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito, também chamado de Indicador Regional de Crédito (IRC), que tem por objetivo comparar a participação de uma região no total de crédito concedido no país/estado com sua participação no produto interno bruto estadual/nacional. Um IRC maior que a unidade representa uma distribuição de crédito regionalizada maior que a distribuição do crédito a nível nacional/estadual, se menor que um, exprime exatamente a relação inversa, e caso apresente um valor igual a unidade a dinâmica do crédito regional é semelhante à estadual ou nacional. (CROCCO, 2010).

Assim, o indicador IRC permite chegar ao conceito de gap regional de crédito, que significa o nível de crédito necessário “para igualar a participação da localidade no total de crédito concedido no país à sua participação no PIB nacional” (NOGUEIRA, CROCCO; ANDRADE, 2011, p. 291).

O cálculo deste indicador se dá por uma relação entre a razão do crédito regional sobre o estadual/nacional, dividido ainda pelo produto interno bruto da região pelo produto estadual/nacional. Expresso da seguinte maneira:

$$IRC_i = (CRED_i / CRED_{br}) / (PIB_i / PIB_{br}) \quad (2)$$

Mais especificamente, o resultado deste índice mostra que um valor inferior a unidade indica que a região analisada recebe menos crédito que sua participação relativa no produto interno bruto do país; quando maior que a unidade indica que a região recebe níveis de crédito superiores à sua participação do produto interno bruto nacional.

O **terceiro indicador** se refere a relação de habitantes por número de agências bancárias, medido da seguinte maneira:

$$Acesso\ bancário\ (AB) = (população / agências) \quad (3)$$

Este indicador pode ser uma proxy do indicativo de que quanto menor a razão população por agência, maior o acesso da população ao atendimento bancário e, conseqüentemente, maior pode ser a oferta do crédito distribuído na região.

O **quarto indicador** analisado se dá a partir do quociente entre a oferta de crédito total dos bancos e a quantidade de agências, que tem por objetivo discutir a concentração de crédito por agência bancária. Incorre-se, nesse caso, que quanto maior for o valor monetário registrado na equação a seguir, mais concentrada é a oferta de crédito por unidade de agência bancária:

$$Concentração\ de\ crédito\ por\ agência\ bancária\ (CC) = (oferta\ de\ crédito / agências) \quad (4)$$

Por fim, o **quinto indicador** se refere as operações de aplicação em títulos e valores mobiliários em relação ao ativo total dos bancos, que é construída através da razão entre as duas rubricas. Tal relação indica o volume de transações em aplicações de títulos que o banco realiza em relação ao seu patrimônio, de modo que, quanto maior o valor deste índice, maior seria a preferência pela liquidez e conseqüentemente menor tende a ser o volume de crédito disponível neste mercado. Este indicador, em suma, nos serve para observar a sensibilidade da preferência pela liquidez dos bancos aos distintos momentos do ciclo de crédito. Se comparado junto à preferência pela liquidez bancária (PLB), e ambos indicarem uma maior predisposição ao empréstimo por parte dos bancos, certamente a dinâmica regional estará mais aquecida, uma vez que o montante de crédito “na praça” é maior.

O indicador em questão se dispõe da seguinte forma:

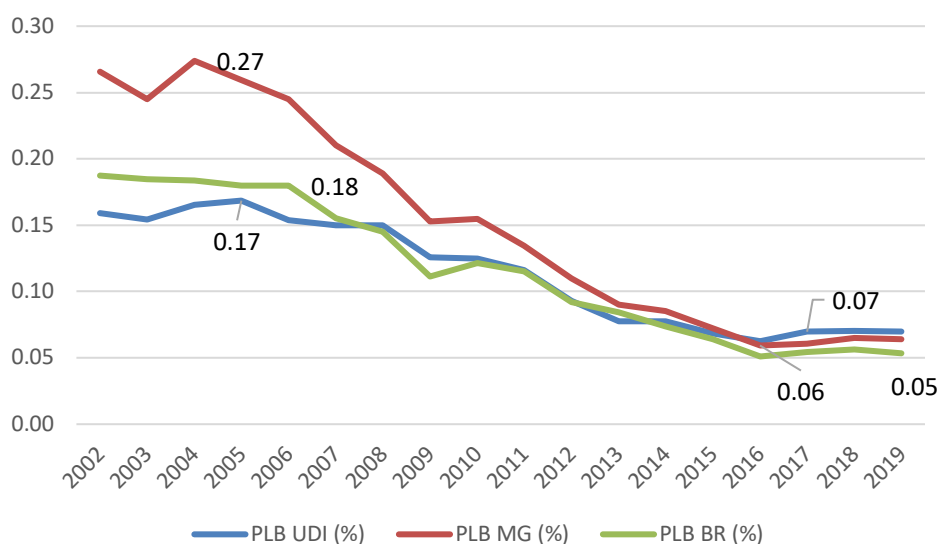
$$TVM/AT = \left(\frac{\text{títulos e valores mobiliários}}{\text{total de ativos do banco}} \right) \quad (5)$$

O uso destes indicadores permitirá analisar a dinâmica de crédito e estratégias bancárias no município de Uberlândia, seus fluxos e estruturação, com o intuito de examinar se há um padrão de desenvolvimento econômico associado à dinâmica bancária do município analisado.

5.2 Resultados

Partindo da análise da PLB, como explicitado anteriormente existe uma relação direta entre a dimensão do PIBdos municípios e o volume de crédito concedido pelos bancos aos agentes demandantes daregião, de modo que a preferência pela liquidez dos bancos seja menor naqueles municípiosde dinâmica econômica maior. E neste caso, sendo o valor do índice de preferência pela liquidez bancária mais próximo ao valor de zero, maior tende a ser a dinâmica de crédito na região.

Gráfico 4 – Preferência pela Liquidez Bancária em Uberlândia, Minas Gerais e Brasil(2002-2019)



Fonte: BCB. Elaboração Própria.

Observa-se que há uma certa vantagem ao município de Uberlândia frente ao estado de minas gerais e restante do Brasil, uma vez que por este indicador, a preferência pela liquidez dos bancos assume um valor pouco menor que os indicadores nacional e estadual, com exceção para o

período mais recente que datamos de 2016 até 2019, conforme Gráfico 4.

Claro que o cenário econômico foi bastante modificado de 2015 até os dias de hoje, e na prática o país não saiu do quadro de recessão que se inicia nesta data, o que pode explicar grande parte na mudança da dinâmica de crédito dentro do município.

Quando observamos o período de 2002 a 2014 a preferência pela liquidez bancária na cidade de Uberlândia, que era bastante inferior que a PLB do estado de Minas Gerais e bastante próxima e por vezes inferiores àquela representada pela média brasileira, percebe-se mais claramente que o cenário de crise que se instala pós 2015 foi um fator altamente explicativo para a mudança da dinâmica de crédito no município.

O gráfico 4 mostra o comportamento da preferência pela liquidez no período compreendido pela análise desta pesquisa, com rótulos de dados destacados nos pontos onde a preferência pela liquidez foi mais acentuada e no ponto onde foi mais baixa, destacando, para tanto, o ano de 2004 para o estado de Minas Gerais como ponto em que a preferência pela liquidez dos bancos foi o mais alto, indicando um fator de depósitos a vista para crédito concedido de 0,27, e o ano de 2017 como o período com menor preferência pela liquidez dos bancos em relação ao estado.

Para o caso brasileiro, a preferência pela liquidez assume seu maior patamar no ano de 2007, e segue uma tendência de acentuada queda até o ano de 2016, apresentando após isso estabilidade. A estabilidade após este período é praticamente unânime entre os três indicadores, e isso se dá, pelo quadro de crise que se inaugura pós 2015 e que persiste até o ano limite da pesquisa (2019), e este patamar baixo de preferência pela liquidez pode ser explicado, pelas tentativas governamentais de manter as linhas de crédito abertas para fomentar a retomada econômica, recuperação que acabou não ocorrendo até o ano de 2019. Na cidade de Uberlândia, por mais que se observe um patamar mais elevado da preferência pela liquidez das instituições bancárias de 2016 em diante, o quadro geral é de praticamente um empate técnico entre os indicadores estadual e nacional, uma vez que a diferença de 0,1 décimo para cada um não signifique necessariamente uma tendência, ainda mais se mantendo assim de 2016 até 2019. Neste sentido, é possível observar que a preferência pela liquidez bancária na cidade de Uberlândia segue a tendência dos indicadores a nível estadual e nacional. Esse cenário indica que em nível municipal também se tentou manter as linhas de crédito abertas ao público demandante no período de crise nacional.

Na prática isso indica que se uma região está aquém do volume de crédito médio nacional será prejudicada por não poder dar a seus requerentes a oferta de crédito necessária para o fomento das atividades produtivas da região, o que redundará em quadros de debilidades produtivas e menor crescimento do produto interno da região. Se a região possui oferta de crédito maior que os níveis nacionais, ela apresentará valores de crescimento econômico superiores àqueles de regiões que possuem valores de índice iguais a unidade ou inferiores a unidade.

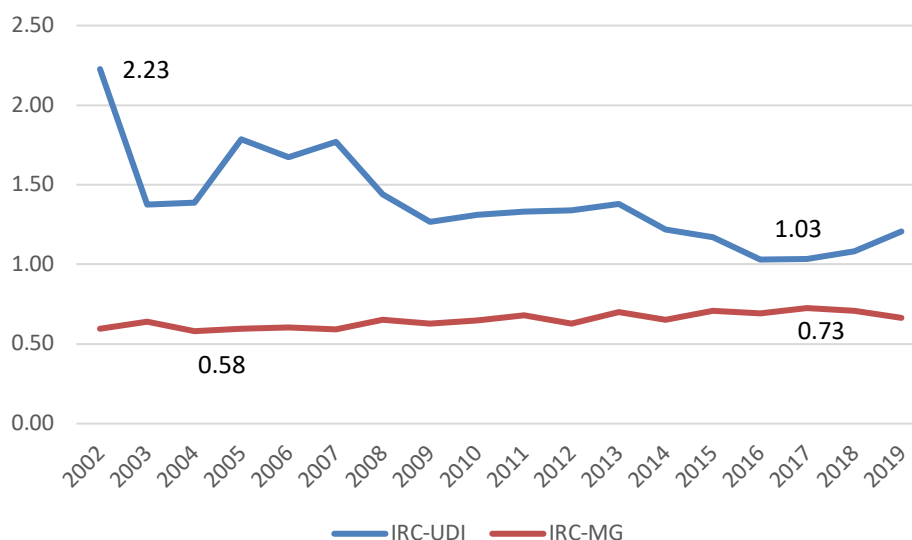
Partindo para o segundo índice, que trata da desigualdade regional do crédito, teremos uma comparação relativa entre os indicadores do município de Uberlândia e do estado de Minas Gerais. Na análise deste índice nos anos de 2002 a 2019, o que se observa é que a desigualdade na distribuição do crédito foi bastante favorável ao município de Uberlândia até o ano de 2015, com tendência decrescente iniciando pós 2013. Destaca-se, também, um quadro de queda nos fluxos de crédito bastante acentuado no ano de 2008, que se explica pela crise econômica global ocorrida justamente no setor bancário com impactos em todos os ramos da economia dos países. De 2017 até o ano limite da análise (2019) o município recupera parte do volume de crédito que havia perdido em anos anteriores, mostrando um certo vigor econômico frente ao comparativo com o estado de Minas Gerais, que no mesmo período se afasta da dinâmica da média nacional.

O IRC maior que a unidade representa uma distribuição do crédito regionalizada maior que a distribuição do crédito a nível nacional. Isso, na prática, indica que a cidade de Uberlândia movimenta um volume de crédito superior ao produto que gera nacionalmente, indicador de forte dinâmica econômica regional e consequentemente de um elevado número de investimentos no

interior do município.

De modo oposto, o indicador sempre menor que a unidade para o estado de Minas Gerais é indicativo de uma baixa dinâmica de crédito frente ao volume gerado de produto interno bruto. Tal indicação é problemática por representar uma restrição ao desenvolvimento estadual que, por não ter acesso ao crédito de maneira devida, pode apresentar dificuldades em dinamizar sua economia e estimular o crescimento econômico.

Gráfico 5 - Indicador da Desigualdade na Distribuição do Crédito em Uberlândia e Minas Gerais (2002-2019)



Fonte: BCB. Elaboração Própria.

O volume elevado da disposição do crédito no município de Uberlândia, tal como exposto no Gráfico 5, encontra respaldo quando se observa o número de agências por habitante na cidade, uma vez que, quando este indicador assume valores crescentes ano após ano indica a ampliação da competição bancária e conseqüente aumento do volume de crédito ofertado por habitante.

Neste sentido, a Tabela 3 expõe a quantidade de agências instaladas na cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais e aquelas instaladas em todo o território nacional, para posteriormente tabular quantas agências existem para cada habitante nos três níveis de análise no período compreendido pela análise deste artigo.

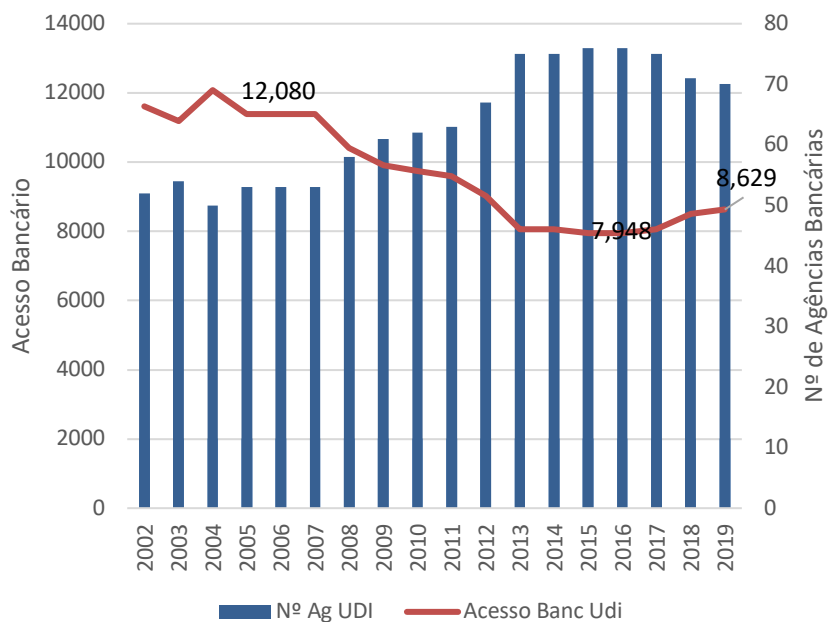
O cálculo do indicador de acesso bancário, como exposto anteriormente, depende do contingente populacional e do número de agências bancárias, sendo que, quanto menor o valor que este índice assume, menor a presença de habitantes por agências, e conseqüentemente maior tende a ser o acesso ao crédito ofertado dentro desta região, pois o crédito ofertado precisaria ser repartido por menos habitantes. Os resultados para o caso de Uberlândia, Minas Gerais e Brasil nos mostram que, no caso da cidade de Uberlândia, do ano de 2004 ao ano de 2015, o número de agências por habitantes cresceu de modo significativo, tendo em 2004 pouco mais de 12 mil habitantes por agência, e em 2015, quando atingiu seu valor mínimo 7948 habitantes por agência, tendo o cenário de crise nacional que se instala pós 2015 revertido este quadro, aumentando o número de habitantes por agência crescentemente até o ano de 2019, que se encerra com um quadro de 8629 habitantes por agência, no município de Uberlândia, conforme Gráfico 6.

Tabela 3 - Número de agências bancárias no período de 2002 a 2019

	Número de agências em Uberlândia	Número de agências em Minas Gerais	Número de agências no Brasil
2002	52	1.848	16.991
2003	54	1.806	16.788
2004	50	1.828	17.223
2005	53	1.827	17.584
2006	53	1.858	18.036
2007	53	1.861	18.033
2008	58	1.899	18.549
2009	61	1.931	19.116
2010	62	1.940	20.055
2011	63	1.962	19.791
2012	67	2.128	21.250
2013	75	2.221	22.263
2014	75	2.247	22.928
2015	76	2.273	23.107
2016	76	2.229	22.775
2017	75	2.142	22.088
2018	71	1.998	20.985
2019	70	1.980	20.793

Fonte: BCB. Elaboração Própria.

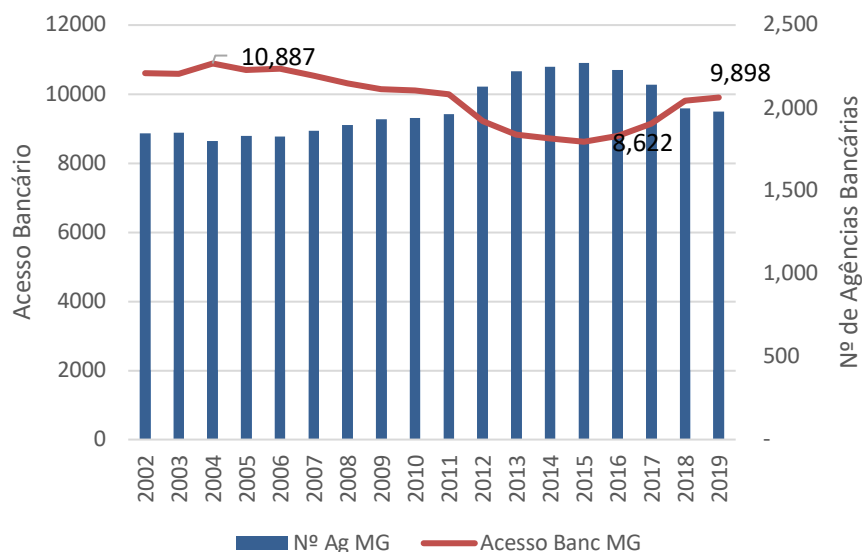
Gráfico 6 - Acesso Bancário em Uberlândia (2002-2019)



Fonte: BCB. Elaboração Própria.

Para o estado de Minas Gerais, embora a tendência seja semelhante à observada no município de Uberlândia, o que se observa é uma situação um pouco mais complexa, em que o número de habitantes por agências permanece mais elevado conforme Gráfico 7, o que sem dúvidas é um reflexo da desigualdade existente dentro do próprio estado entre suas diferentes regiões.

Gráfico 7 - Acesso Bancário em Minas Gerais (2002-2019)



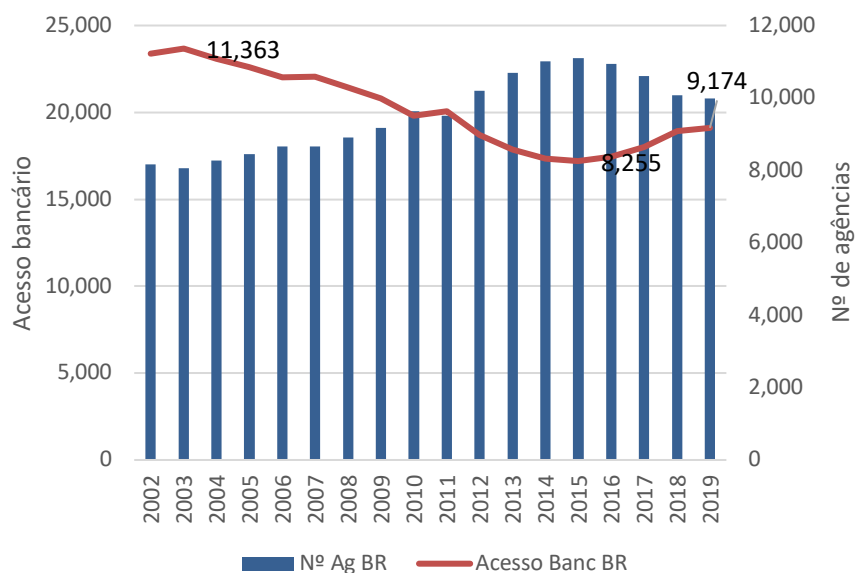
Fonte: BCB. Elaboração Própria.

Do ano de 2004 até o ano de 2015 o número de agências cresce de modo ininterrupto no estado, saindo de 1800 para um total de 2273, da mesma forma, o acesso bancário aumenta, e passa a existir para cada agência 8622 habitantes em 2015, ao passo que em 2003 este número foi de aproximadamente 11 mil.

A crise econômica, e a consequente recessão, tem suas consequências sobre o acesso bancário e o número de agências no estado, de modo que de 2016 até o ano de 2019 o número de agências fechadas cresce continuamente voltando a casla das 1980 instituições sem funcionamento.

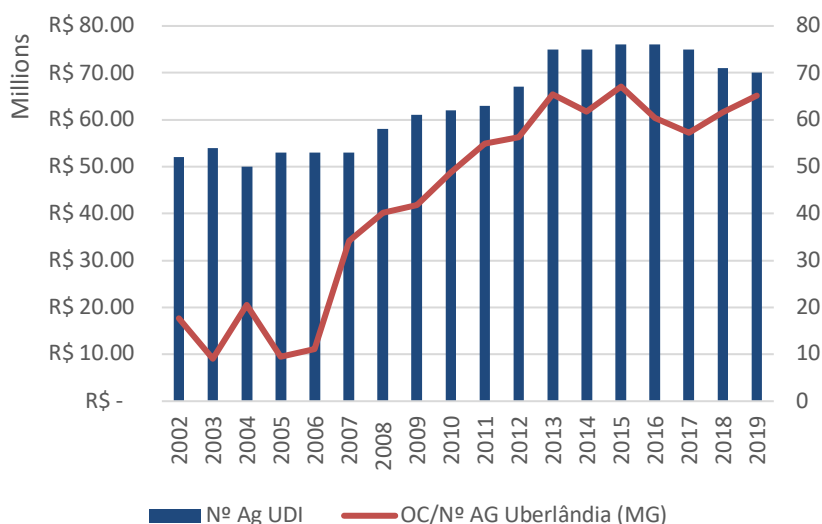
Ainda seguindo o mesmo movimento que ocorreu no município e no estado, o número de agências aumenta de modo contínuo de 2004 a 2015, e perde dinamismo de 2016 até 2019. O que se pode observar de diferente, e com isso traçar paralelos, é que no caso de país e estado o número inicial de agências não é tão baixo quanto na cidade de Uberlândia, da mesma forma que o número máximo de agências abertas não é tão elevado para o país e estado quando comparado a cidade. Fatores que encontram explicação, primeiro pelo nível de desagregação, pelo estado e o país contarem com diversas regiões de dinamismos econômicos distintos e crescimento populacional muito mais restrito que o de uma única cidade, que no caso de Uberlândia se destaca nos dois quesitos, por apresentar forte crescimento econômico do início do século até os anos de crise e um contingente populacional que cresce a médias muito superiores às do país e do estado, justamente pelo fato do grande dinamismo econômico ser atrativo de muitos migrantes em idade economicamente ativa.

Gráfico 8 - Acesso Bancário no Brasil (2002-2019)



Fonte: BCB. Elaboração Própria.

Gráfico 9 - Concentração de crédito por agência bancária do município de Uberlândia a preços de 2002

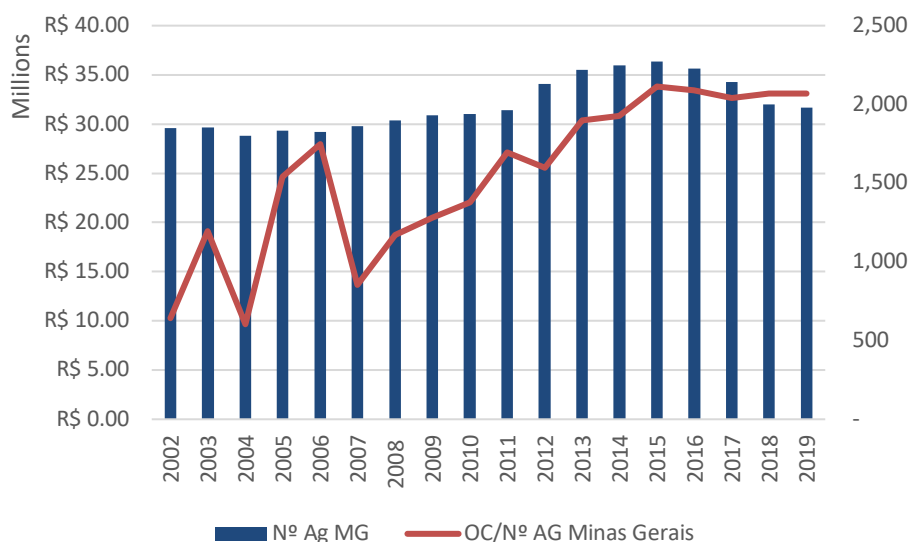


Fonte: BCB. Elaboração Própria. * Nota: Valores financeiros da oferta de crédito foram deflacionados a preços de 2002, através da variação do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), entre os anos de 2002-2019.

No que diz respeito ao indicador de concentração de crédito por agência bancária, como já supracitado, quanto maior o valor financeiro ofertado de crédito por agência bancária, mais concentrado é a localidade. Nesse contexto, é perceptível a partir do Gráfico 9 que a concentração de crédito ofertado por agências bancárias no município de Uberlândia aumenta consideravelmente. Isso se explica pelo fato de que o aumento na quantidade de agências bancárias no município durante os anos de 2002-2019 foi aquém do valor total ofertado de crédito. Esse resultado nos indica que além da quantidade de habitantes por agência bancária estar diminuindo, como visto no Gráfico 6, as agências bancárias do município estão conseguindo aumentar a quantidade de crédito ofertado sem a necessidade de abrir novas agências bancárias. Esse movimento também pode ser explicado

pelo processo de digitalização bancária que acaba contribuindo para transformação da dinâmica de concessão de crédito no Brasil. No entanto, este trabalho não objetivou abarcar essa questão que envolve uma análise mais ampla.

Gráfico 10 - Concentração de crédito por agência bancária do estado de Minas Gerais a preços de 2002



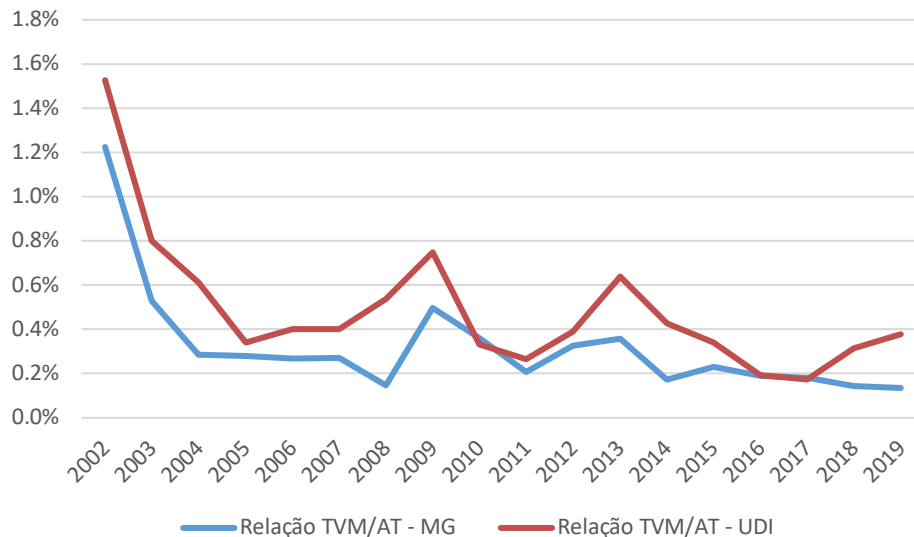
Fonte: BCB. Elaboração Própria.

É exposta no gráfico 10 uma comparação entre o município de Uberlândia e o estado de Minas Gerais, que mostra uma concentração de crédito por agência no estado menor que no município do Triângulo Mineiro. Isso pode ser explicado pelo fato de que houve um aumento no número de agências bancárias superior ao aumento ocorrido no município de Uberlândia durante o período analisado.

Observa-se que a variação na concentração de crédito também é mais volátil no estado de Minas, sendo que entre os anos de 2005-2007 as curvas apresentam comportamento inverso. Acredita-se que este fenômeno se explica, mais uma vez, pelo fato de que o número de agências bancárias em Uberlândia não se altera, ao passo que no estado de Minas Gerais há um aumento substancial na quantidade de agências bancárias, como poder ser observado através da Tabela 3. A relação desse fato com o comportamento analisado nas curvas expostas nos gráficos 9 e 10 é altamente significativa. Não obstante, é necessário reafirmar o movimento de alta na concentração bancária em ambos os casos, principalmente no que diz respeito aos anos pós crise financeira de 2008.

A relação entre títulos e valores mobiliários e ativo total dos bancos (TVM/AT), o quinto indicador, é uma forma alternativa de medir a preferência pela liquidez dos bancos. Essa razão mede a quantidade financeira de aplicação em títulos e instrumentos financeiros derivativos em relação ao nível de ativo total. Um alto valor relativo deste índice indica uma estratégia bancária baseada em aplicações especulativa no mercado financeiro e em títulos públicos, o que gera uma liquidez relativa quando comparado ao ativo mantido na concessão de crédito. A análise deste indicador aponta que o comportamento das duas curvas, no âmbito municipal e estadual, é bastante semelhante, com exceção de alguns anos pontuais.

Gráfico 11 - Relação entre títulos e valores mobiliários e ativo total das agências bancárias no município de Uberlândia e no estado de Minas Gerais



Fonte: BCB. Elaboração Própria.

O gráfico 11 mostra que o indicador TVM/AT decrescente em ambas as localidades a partir do ano de 2002 a 2006, o que evidencia que os bancos podem estar aumentando o volume de seus ativos destinados à produção e ao consumo em detrimento de investimentos no setor financeiro. Ademais, é notável o salto que os indicadores apresentam a partir do ano de 2008. O comportamento da curva municipal e estadual é progressivo em função de um maior investimento em títulos financeiros, haja vista que face à grande crise financeira de 2008 os bancos recuaram a oferta de crédito diante da incerteza quanto aos desdobramentos econômicos mundiais.

Entre os anos de 2009 a 2011, nota-se um comportamento bancário de menor preferência pela liquidez atribuída a um reflexo das políticas anticíclicas do governo federal, fato que expandiu o crédito em tentativa de retomada da economia frente às adversidades impostas pela crise financeira de 2008. Já a partir dos anos de 2011 a 2013, novamente percebemos uma posição mais cautelosa em relação à oferta de crédito por partados bancos, mudando de paradigma a partir do ano de 2013, nos dois âmbitos.

É muito válido entendermos que o Gráfico 11 e o Gráfico 4 possuem consonância em seus comportamentos, já que o indicador TVM/AT pode ser usado como um indicativo de sensibilidade da preferência pela liquidez dos bancos. Dito isso, durante os anos observados é notória uma menor preferência pela liquidez como padrão municipal e estadual, mas que principalmente os bancos presentes na cidade de Uberlândia possuem maior cautela na oferta de crédito, uma vez que, a aplicação em títulos financeiros é maior que quando comparado aos bancos no âmbito estadual.

6 – Considerações finais

No presente trabalho buscou-se examinar a relação sistema bancário-crédito-desenvolvimento econômico em âmbito regional. Ressaltamos que os bancos procuram sempre conhecer seus clientes para reduzir a incerteza inerente a um processo de empréstimo a longo prazo, e sendo assim, quanto maior o acesso dos indivíduos ao sistema bancário, a tendência é a de haver maior acessibilidade ao crédito, favorecendo assim a dinâmica econômica regional. (DOW, 1992).

Analisando as estatísticas bancárias do município de Uberlândia vis-à-vis o estado de Minas Gerais, verificamos que a proposição supracitada de Dow (1992) encontra respaldo, uma vez que, ao verificar o número de habitantes por agência bancária, o resultado apresenta um maior

acesso bancário aos habitantes da cidade em relação ao estado. Esse quadro se mostra condizente com o fato de que Uberlândia é um município com desenvolvimento econômico bem diferente de outros municípios de Minas, que é um estado muito desigual.

O menor acesso ao sistema bancário redundava em um maior nível de desigualdade no fornecimento de crédito, tendendo a favorecer positivamente a cidade de Uberlândia, que apresentou neste indicador valor acima do índice de igualdade comparado com o restante do Brasil em todos os anos compreendidos pela pesquisa. Tal indicador não é explicado única e exclusivamente pelo acesso ao sistema bancário, deve-se também levar em consideração o dinamismo econômico e populacional da cidade dentre outros fatores, que não tem paralelo com os indicadores do estado e do país, justamente pelo nível de agregação dos outros dois, uma vez que no estado e no restante do Brasil o número de cidades de porte médio, como é o caso de Uberlândia, é menor. Ainda assim, o indicador da desigualdade na distribuição de crédito sendo tão favorável ao município de Uberlândia ajuda a compreender e a testar o forte dinamismo deste recurso financeiro dentro do município, que mesmo frente a um quadro de crise nacional, manteve seu sistema de crédito operante, com alteração praticamente nula da preferência pela liquidez do sistema bancário regional frente aos anos pré-crise vivida pós 2014.

Verificamos também que o comportamento da oferta de crédito do município de Uberlândia é superior ao da média do estado e do restante do Brasil, uma vez que, além de manter os canais de crédito abertos durante o período de crise, o volume de recursos creditícios ofertados na cidade é superior ao volume do produto interno bruto gerado no estado pelo índice desigual do crédito. Este resultado indica que o volume de recursos da cidade supera em demasia os que seriam necessários para outras cidades do estado, sugerindo forte dinamismo econômico e creditício em Uberlândia.

A análise realizada sugere a necessidade de maior avanço na relação entre estratégias bancárias e desenvolvimento regional, pois a oferta de crédito é um elemento importante para redução das disparidades regionais. Especificamente na região analisada, se faz necessário um maior desdobramento dos dados à luz da dinâmica de oferta de crédito pelas agências bancárias através da pesquisa de todos os municípios do estado de Minas Gerais. Dessa forma, poderíamos entender mais claramente o motivo da desigualdade entre os indicadores de crédito das cidades do estado, e abrindo terreno para uma maior discussão entre outras variáveis e indicadores tanto no âmbito do crédito quanto variáveis sociais, relevantes para discussão do desenvolvimento econômico local.

Ademais, abre-se agenda de pesquisa também no que tange à extensão da análise para o período mais recente, pós-pandemia, pois a recessão brasileira potencializada com a pandemia de COVID-19 nos mostra, ainda, a importância do estímulo à oferta de crédito nos momentos de crise, sobretudo por meio da oferta de crédito via bancos públicos, que é capaz de estimular a ampliação de crédito dos bancos privados nesses momentos, tópico não examinado detalhadamente neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, V. L. Preferência pela liquidez dos bancos públicos no ciclo de expansão do crédito no Brasil: 2003-2010. **Texto para Discussão, n. 1717**. Brasília: Ipea, jan. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Estudos especiais do banco central: fluxo financeiro e impulso de crédito. Estudo especial 110/2021**.

BEARE, J. B. A monetarist model of regional business. **Journal of Regional Science**, v. 16, n.1, p. 57-63, 1976.

BONOMO, M.; BRITO, R.; MARTINS, B. Macroeconomic and financial consequences of the

aftercrisis government-driven credit expansion in Brazil. **Working Paper Series**, n. 378. Brasília: Banco Central do Brasil, Dec. 2014.

CARVALHO, C. E.; TEPASSÊ, A. C. Banco público como banco comercial e múltiplo: elementos para a análise do caso brasileiro. In: JAYME JR., F.; CROCCO, M. **Bancos públicos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CAVALCANTE, A; CROCCO, M; e JAYME JUNIOR, F. D. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. **Texto para discussão**, n. 237. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

CORRÊA, V. P. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico - um estudo dos anos 1980 e 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR., Frederico G. (Org.) **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CORREA, V. P.; ALMEIDA FILHO, N. Engrenagem econômica, inserção subordinada e custos de reversão da economia brasileira. **Economia Ensaios**, v. 16, p. 103-136, 2002.

CROCCO, M. A. **Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro**. 2010. Tese (Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CROCCO, M; NOGUEIRA, M; ANDRADE, C. O Estudo do Gap Regional de Crédito e seus Determinantes sob uma ótica Pós-Keynesiana. **Economia** (Brasília), v. 12, p. 281- 307, 2011.

CUNHA, A. M.; SILVA, P. P.; LÉLIS, M. T. C.; LOPES, L. U. Ciclos Financeiros e o Comportamento do Crédito no Brasil nos anos 2000. **Economia e Sociedade** (Unicamp. Impreso), v. 28, p. 201-226, 2019.

DOW, S. C; The regional composition of the Money multiplier process. **Scottish Journal of Political Economy**, Essex, n.29, n.1, p.22-44, Feb.1982.

DOW, S. C; The treatment of money in the regional economy. **Regional Science Magazine**, Amherst, MA, v.27, n.1, p.13-24, fev.1987.

DOW, S. C; The regional financial sector: a Scottish case study. **Regional Studies**, Oxfordshire, v.26, n.7, p.619-31, 1992.

FIGUEIREDO, A. T. L. (2009). **Uma abordagem pós-keynesiana para a teoria da localização: análise da moeda como fator determinante na escolha locacional das empresas**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, Belo Horizonte.116f).

GARRISON, C.B.; CHANG, H.S. The effect of monetary and fiscal policies on regional business cycles. **Interregional Regional Science Review**, n.4, p.167-80, 1979.

LIMA, H. **Transformações recentes no Sistema Bancário Nacional (1995-2007): ajustes de portfólio e evidências empíricas**. Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Econômica da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MUNHOZ, V. C. V. **Polarização Regional e Sistema Financeiro: um Estudo Comparativo Entre as Sedes das Macrorregiões Brasileiras e Suas Áreas Polarizadas**. IPEA, Categoria Demais Profissionais, Março, 2007.

NOGUEIRA, M.; CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. Estratégias bancárias diferenciadas no território: o caso de Minas Gerais. **Texto para Discussão, n. 345**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009.

RODRÍGUEZ-FUENTES, Carlos. Credit availability and regional development. **Papers in Regional Science**, Urbana, v.77, n.1, p.63-75, Jan.1998.

PAULA, L. F. **Financial Liberalization and Economic Performance: Brasil at the cross roads**. London: Rout ledge, 2011.

PAULA, L. F.; OREIRO, J. L.; BASILIO, F. A. C. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 473-520, 2013.

SILVA, G; JAYME JR., F. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 729- 764, dez. 2013.

THOMAZI, L. & PAULA, L.F. Uma Análise da Desigualdade do Crédito entre os Municípios do Estado do Rio de Janeiro: 2000-2014. **Revista Análise Econômica** 38(75): 103-130. 2020.

VASCONCELOS, M. R.; FICIDJI, J. R.; SCORZAFAVE, L. G.; ASSIS, D. L. O todo e as partes: uma análise da desigualdade de crédito entre os estados brasileiros e os determinantes do crédito bancário com a aplicação de dados em painel. **Economia e Sociedade**, v. 13, n. 22, p. 123-149, jan./jun. 2004.